

COPA SEM ESCOLA



SAMUEL COSTA



SOLIDARIEDADE – Forçada a se mudar da avenida Pedro I, em BH, adolescente contou com a ajuda de amigos e até de estranhos para conseguir vaga em uma escola pública de Confins, na região metropolitana

# Falta política nacional para minimizar impacto social

► Membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB sugere estudo preventivo

ÚLTIMA DA SÉRIE

**Bruno Moreno**  
bmoreno@hojeemdia.com.br

Assim como nos empreendimentos com significativo dano ambiental, para os quais a legislação exige um estudo de impacto no entorno, deveria ser obrigatório o levantamento do possível prejuízo social causado por obras que demandam desapropriações em áreas urbanas, como as que estão em curso no Brasil em função de megaeventos. A opinião é do advogado Ariel de Castro Alves, membro da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em nível federal. “Não temos uma legislação de previsão de impacto social. Deveria

existir para evitar a descontinuidade na prestação de políticas públicas, como a educação. A partir desse estudo, os conselhos poderiam sugerir medidas para planejar ações, como, por exemplo, assegurar os estudos de crianças e adolescentes”, diz. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aponta que não pode haver ruptura nos serviços públicos em programas de atendimento, como as escolas. “Uma interrupção, mesmo que de alguns meses, ou um ano, tem um impacto imenso na vida dessas crianças”, argumenta o advogado. Desde segunda-feira, o Hoje em Dia mostra que obras ligadas direta ou indiretamente aos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) têm prejudicado a

vida escolar de jovens em várias capitais do país.

**PORTARIA 317**  
Para a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, a Portaria 317 do Ministério das Cidades já indica um direcionamento no sentido de se prevenir prejuízos sociais. Entretanto, a norma só se aplica às obras que têm

**O artigo 53 do ECA assegura à criança e ao adolescente o acesso à escola pública e gratuita próxima de casa, para seu pleno desenvolvimento, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho**

financiamento federal. Cleide relata que, em Minas, não recebeu qualquer denúncia em relação à dificuldade de continuidade dos estudos de pessoas desapropriadas. Apesar disso, nem em Be-

lo Horizonte nem nas seis cidades visitadas pelo Hoje em Dia – Cuiabá, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo – os moradores removidos relataram a existência de estudos de impacto social.

**INEGOCIÁVEL**  
Para a socióloga Graça Gadelha, a educação é um direito inegociável. “Pela educação se prepara para o exercício da cidadania. É fundamental, também, para se qualificar, desenvolver para o mercado de trabalho”. Há mais de 20 anos acompanhando as questões ligadas ao ECA, ela aponta que os megaeventos estão contradizendo o estatuto e a Constituição. “Apesar de tantos investimentos, nunca, como agora, tantos direitos foram descumpridos. No ECA há a menção de que é obrigatório que o poder público forneça acesso à escola gratuita e próxima à residência. O que vimos, nessas reportagens, é que isso não ocorreu em muitos casos”, lamenta. ●

SAIBA MAIS

O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Impreso do VII Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi, Childhood Brasil e o Unicef, com o apoio da OIT, da Fenaj e da Abraji.



# Conferência de Política Urbana só termina após a Copa

Mudança nas normas para uso e ocupação do solo de BH deverá ser concluída em 2 de agosto

O fim da 4ª Conferência Municipal de Políticas Urbanas foi adiado para depois da Copa do Mundo. Com isso, a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte, que fixa as normas para uso e ocupação do solo, será concluída em 2 de agosto. No calendário anterior, os trabalhos seriam encerrados em 31 de maio.

Nem todos os envolvidos no processo ficaram satisfeitos com o adiamento. O setor empresarial, principalmente o da construção civil, defende a suspensão dos trabalhos enquanto estudos de viabilidade financeira são concluídos.

O secretário-adjunto de Planejamento Urbano, Leonardo Castro, afirma porém que todos os estudos necessários estão disponíveis.

MAISTEMPO

O novo cronograma foi aprovado ontem, em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Políticas Urbanas. Com a mudança, as plenárias finais serão em 19 e 26 de julho e 2 de agosto.

Amanhã não haverá a atividade anteriormente programada e,

para o dia 24, está prevista uma integração técnica das propostas. No dia 31, quando seria encerrada a conferência, ainda haverá a apresentação de proposições.

Uma das principais queixas é em relação à Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODC). A proposta da Prefeitura de Belo Horizonte é a de que em toda a cidade seja aplicado o coeficiente básico 1,0, ou seja, será possível erguer uma obra com área equivalente à do terreno. Se o empreendedor quiser mais, terá que pagar.

DEBATE

Para o secretário-adjunto, o ideal é que a ampliação da conferência leve ao aprimoramento das proposições.

“É um tempo a mais para melhorarmos as propostas e construirmos junto com a equipe técnica da prefeitura uma forma de viabilizar a transição da legislação de modo que seja adequada para todo mundo”.

Já o presidente da Câmara da Indústria da Construção da Fiemg, Teodomiro Diniz Camargos, esperava outro encaminhamento.

“Queríamos marcar com número as etapas, mas sem colocar data, até termos condição de fazer estudos profundos sobre o impacto econômico que a proposta da prefeitura impõe à cidade”, afirmou. ●

AFAVOR

Leonardo Castro  
Secretário-adjunto de Planejamento Urbano

“A mudança no cronograma nos dá um tempo a mais para melhorarmos as propostas”.

CONTRA

Teodomiro Diniz  
Pres. da Câmara da Indústria da Construção da Fiemg

“Queríamos marcar as etapas, mas sem datas. O ideal seria termos um estudo como foi feito para a Operação Nova BH”.

ARQUIVO HOJE EM DIA



DEBATE – Uma das polêmicas está na cobrança para construção de obras maiores que a área do terreno